

Os sete dias que abalaram a Albrás: história de uma greve operária contra o grande capital na Amazônia oriental

The seven days that shook Albrás: the story of a workers' strike against big capital in eastern Amazonia

Los siete días que estremecieron a Albrás: la historia de una huelga obrera contra el gran capital en la Amazonía oriental

João Carlos da Silva Santiago

Doutor em Sociologia do Trabalho

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém – Pará, Brasil

E-mail: santiago@ufpa.br

RESUMO

O presente trabalho analisa a greve dos(as) operários e operárias da fábrica da ALBRÁS localizada no município de Barcarena/PA, na Amazônia Oriental, ocorrida em agosto de 1990. A ALBRÁS transforma a alumina que vem da fábrica da Hydro em lingotes de alumínio que vão para a exportação. A greve explodiu por conta de uma situação objetiva no país de inflação alta e contra a intransigência do Estado e dos patrões capitalistas (ex-CVRD e NAAC japonesa). Baseado em materiais bibliográficos, em jornais da época, no acervo da fábrica, e em entrevistas com operários e dirigentes sindicais, o trabalho evidencia que a greve dos operários da ALBRÁS foi produto de uma situação objetiva favorável à luta dos trabalhadores brasileiros, um ascenso operário e popular jamais visto após a queda da ditadura militar no Brasil. Analisa também o quanto a luta de classes se fez presente em todas as suas dimensões nesse movimento, pois, de um lado, os operários utilizaram métodos radicais de luta, como piquetes, fechamento de acesso à fábrica, e de outro, a empresa usou a intimidação, a repressão policial e as ameaças sobre os trabalhadores. O artigo procura mostrar, igualmente, o papel do Sindicato dos Metalúrgicos, como parte do novo sindicalismo, nesse processo de luta contra uma grande empresa transnacional como a ALBRÁS. Em tempos de COP-30 na Amazônia é importante que todos saibam que em agosto de 1990 os operários e operárias ousaram desafiar o poder do grande capital e sua sede de lucro à custa da degradação do meio ambiente amazônico.

Palavras-chave: movimento operário, greve, luta de classes, novo sindicalismo, Albras.

ABSTRACT

This paper analyzes the 1990 strike by workers at the ALBRÁS factory in Barcarena, Pará, a municipality in the Eastern Amazon. ALBRÁS processes alumina from the Hydro plant into aluminum ingots for export. The strike erupted against a backdrop of high inflation in the country and the intransigence of the state and capitalist management (formerly CVRD and Japan's NAAC). Based on bibliographical materials, contemporary newspapers, the factory's archives, and interviews with workers and union leaders, this study demonstrates that the ALBRÁS workers' strike was the product of an objective situation favorable to the struggle of Brazilian workers, an unprecedented worker and popular upsurge since the fall of the military dictatorship

in Brazil. It also analyzes how class struggle was present in all its dimensions within this movement: on the one hand, the workers employed radical methods of struggle, such as picketing and blocking access to the factory; on the other, the company used intimidation, police repression, and threats against the workers. The article also seeks to showcase the role of the Metalworkers' Union, as part of the new trade unionism, in this struggle against a large transnational corporation like ALBRÁS. With COP-30 approaching in the Amazon, it is important for everyone to know that in August 1990, workers dared to challenge the power of big capital and its thirst for profit at the expense of the degradation of the Amazonian environment.

Keywords: worker's movement, strike, class struggle, new unionism, Albras.

RESUMEN

Este artículo analiza la huelga de los trabajadores de la fábrica ALBRÁS en Barcarena, Pará, en la Amazonia Oriental, que tuvo lugar en agosto de 1990. ALBRÁS procesa alúmina de la fábrica Hydro en lingotes de aluminio para la exportación. La huelga estalló debido a la alta inflación en el país y a la intransigencia del Estado y la patronal capitalista (anteriormente CVRD y la NAAC japonesa). Con base en material bibliográfico, periódicos de la época, archivos de la fábrica y entrevistas con trabajadores y dirigentes sindicales, el artículo demuestra que la huelga de los trabajadores de ALBRÁS fue producto de una situación objetiva favorable a la lucha de los trabajadores brasileños, un levantamiento obrero y popular sin precedentes desde la caída de la dictadura militar en Brasil. También analiza hasta qué punto la lucha de clases estuvo presente en todas sus dimensiones en este movimiento. Por un lado, los trabajadores emplearon métodos radicales de lucha, como piquetes y el cierre de accesos a la fábrica, y por otro, la empresa empleó la intimidación, la represión policial y las amenazas contra los trabajadores. El artículo también busca demostrar el papel del Sindicato de Metalúrgicos, como parte del nuevo movimiento sindical, en esta lucha contra una gran corporación transnacional como ALBRÁS. Tras la COP-30 en la Amazonía, es importante que todos comprendan que, en agosto de 1990, los trabajadores se atrevieron a desafiar el poder de las grandes empresas y su afán de lucro a costa de la degradación del medio ambiente amazónico.

Palabras clave: movimiento obrero, huelga, lucha de clases, nuevo sindicalismo, Albras.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A RETOMADA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: 1978-1989

Neste ano de 2025, completam-se trinta e cinco anos da greve dos operários e operárias da Albrás. Foi uma greve heroica que durou sete dias. A categoria “luta de classes” nunca se fez tão presente como naquele episódio: de um lado, simples operários e do outro corporações poderosas como a ex-CVRD e o conglomerado japonês da NAAC. Os trabalhadores usaram

todos os métodos possíveis para ganhar a batalha, como piquetes de greve, bloqueio de estrada para impedir o ônibus da empresa de furar a greve, assembleias democráticas, a presença das mulheres na frente da fábrica, etc. A Albrás usou a grande imprensa da época para desqualificar a luta dos trabalhadores, usou o Estado e a polícia a seu favor para reprimir o movimento e a ameaça de demissões.

O primeiro relato desta greve foi feito por nós, através de uma dissertação de Mestrado (Santiago, 2007). Naquela ocasião entrevistamos as principais lideranças que participaram ativamente da construção e organização da greve e estavam na direção do Sindicato dos Metalúrgicos.

Agora, no momento em que a Amazônia será palco da COP-30, a conferência do clima das Nações Unidas, achamos oportuno fazer uma publicação deste episódio para que mais pessoas, estudiosos, pesquisadores do mundo inteiro, possam conhecer o que se passou há trinta e cinco anos atrás; provavelmente, uma das únicas greves no Estado do Pará e na Amazônia Oriental (sede da COP-30) contra o grande capital naquela década.

O ano de inauguração da fábrica de alumínio da Albrás (1985), coincidentemente, é o ano em que o país entrava definitivamente em seu período democrático, depois de vinte longos anos de ditadura militar. Iniciava-se a transição para a democracia burguesa, depois que grandes manifestações de ruas pelas *Diretas Já* haviam mudado o plano dos militares de continuar no poder.

Na verdade, foi a culminação de um período que se iniciou com a “rebeldia do trabalho”¹, no ABC Paulista, em maio de 1978, através da greve da Scania. Em entrevista concedida em 2015, Lula fala de como e por que começou a greve da Scania:

“E por que aconteceu a greve na Scania? Porque os trabalhadores tinham uma expectativa de que a Scania iria dar um determinado reajuste de salário. E a Scania não deu. Nós tínhamos começado a discutir as greves, sobretudo na Mercedes Benz, que estava mais organizada...E ela aconteceu na Scania, porque a gente tinha mais organização...E foi ali que, quando a peãozada percebeu que no dia do pagamento não veio aquilo que eles esperavam, eles resolveram parar...”(Oliveira, Noronha, 2015, p. 165).

¹ . Título dado por Ricardo Antunes ao seu livro, *A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*, no qual analisa as greves no ABC paulista, no período de 1978-80.

Com a greve da Scania e do ABC-SP abria-se um período de ascenso do movimento operário metalúrgico que seria ininterrupto até 1980, quando Lula e vários dirigentes sindicais são presos pelo regime militar. Esse tempo foi suficiente para os trabalhadores construírem sua ferramenta política, o Partido dos Trabalhadores. De acordo com Ianni (1980, p.88) “com a greve do ABC formou-se um grande partido nacional de base operária. E colocou-se o problema da conquista do poder”. O exemplo dos metalúrgicos foi tomado por outras categorias, inclusive servidores públicos federais, que eram proibidos de fazer graves.

Esse ascenso operário que tomou conta do país, destroçando os antigos pelegos sindicais, deu origem no dizer de Antunes, ao “Novo Sindicalismo”. É o próprio Antunes quem descreve esse novo sindicalismo:

“Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos dos índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionarmos, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas”. (Antunes, 1995, p. 11)

Quando ele fala do nascimento das centrais sindicais é preciso que se faça referência à principal central fundada pelos trabalhadores nesse período: a CUT – Central Única dos Trabalhadores. Foi através da CUT que o “novo sindicalismo” encontrou uma base sólida para suas aspirações. Em agosto de 1983, ano de fundação da CUT, o movimento sindical brasileiro dividia-se irremediavelmente entre sindicalismo combativo e os “pelegos”. A CUT nasceu tão à esquerda que no capítulo I de seu Estatuto, “Dos Objetivos Fundamentais”, o “socialismo” era uma meta a ser perseguida, conforme lemos:

“A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo” (CUT, 1999, pp. 7-8)

Essa esquerdização da CUT e do movimento operário no início da década de 80 vai assustar inclusive as outras correntes sindicais identificadas com o PCB e com o PC do B, além dos pelegos clássicos como Joaquinção. Todos esses setores irão boicotar o Congresso de fundação da CUT, pois tinham clareza que seriam minoria na direção da Central. Eles organizarão um Congresso em Praia Grande – SP, onde será fundada a CONCLAT, que depois se transformará em CGT, segundo Antunes (1995, p.30). Para Boito Júnior (1999, p.132) “a CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro”.

Enquanto no plano exterior, inicia-se uma onda reacionária no capitalismo mundial, através da implantação de medidas neoliberais com Reagan nos Estados Unidos e Margareth Teatcher na Inglaterra (que havia derrotada a greve dos mineiros de um ano), como frisou Antunes, o Brasil, por conta do que Trotsky (2007) e Novack (1988) chamaram a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, vive um momento de ouro do sindicalismo. Este período é ricamente narrado por Antunes (1995), Salvador Sandoval (1994) e Boito Júnior (1999).

É o período em que as greves crescem numa proporção nunca vista antes, a tal ponto que em 1987, ocorreram 2.259 paralisações, e em 1989, o recorde de todos os anos, antes da onda neoliberal, 3.164 greves (Sandoval, 1994, pp.160-161). Foi o período também em que a categoria “*greve geral*” se incorporou definitivamente na geração de operários e trabalhadores do período, ocorrendo em toda a década de 80 cerca de quatro greves gerais, todas elas dirigidas pela CUT (Boito Júnior, 1999, p. 133).

A história da instalação da fábrica da ALBRAS, no coração da Amazônia Oriental, se confunde com esse rico período da vida do sindicalismo brasileiro. Ainda mais porque o Estado do Pará vai estar na vanguarda de organização da CUT, tendo o primeiro vice-presidente saído dos meios rurais, o sindicalista Avelino Ganzer, refletindo também o ascenso que se passava no campo.

A CUT vai nascer com força no Estado e influenciará os destinos do sindicalismo paraense, inclusive a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que se filiará desde o primeiro instante a Central Única dos Trabalhadores, depois da derruba de um pelego histórico, o Paulo Menezes, que já estava há quase vinte anos na direção do sindicato. A conquista do Sindicato do

Metalúrgicos, que depois virou Simetal, foi parte desse ascenso que vivia a classe trabalhadora a nível nacional. Segundo nos contou Odileno Meirelles, antes da vitória da Chapa de Oposição em março de 1986, eles haviam feito uma campanha de sindicalização, a “campanha dos dois mil”, entre 1982 e 1983; o sindicato tinha apenas 200 filiados e eram só de Belém. No final da campanha conseguiram 2.113 filiações novas².

É nesse período que os operários da Albrás vivenciarão as lutas mais importantes da história do movimento sindical no Pará, principalmente a greve de agosto de 1990, onde conquistarão direitos econômicos e sociais importantíssimos.

O objetivo deste artigo é reconstituir a partir de fontes bibliográficas e entrevistas com os sindicalistas e operários a greve de sete dias na Albrás, à época uma empresa estatal poderosa em joint-venture com o governo brasileiro e capitalistas japoneses, cuja principal produção são os lingotes de alumínio de 22 kg para exportação. Trata-se, pela primeira vez, de reconstituir na fala dos operários da época, o maior conflito já registrado entre trabalhadores e uma empresa de grande porte, transnacional, como a ALBRAS, no bojo dos Grandes Projetos na Amazônia Oriental, entrelaçado pelo fio condutor das análises sociológicas de um Brasil em ebulição do ponto de vista da luta de classes entre trabalhadores e patrões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Categorias como movimento operário, greve, luta de classes e novo sindicalismo, que sustentam o nosso trabalho, tem sido objeto de estudos desde as primeiras dissertações dos teóricos socialistas, como Marx e Engels, passando por Riazanov(1984), após a Revolução Russa. Também estudiosos contemporâneos, tanto historiadores como Eric Hobsbawm ou sociólogos como Ricardo Antunes, tem dedicado muitas pesquisas sobre a nossa temática.

Quem pela primeira vez analisou e dissertou sobre o movimento operário nascente na Inglaterra foi Engels, em seu livro A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Antes dele outros autores, como Carlyle, já haviam explanado sobre o nascimento do movimento cartista. Entretanto, por conviver com os movimentos operários na Inglaterra e por sua trajetória socialista, foi o primeiro que, com conhecimento de causa expôs para o mundo as condições de

² MEIRELLES, Odileno Rabelo. **Odileno Meirelles (Entrevista fevereiro de 2007)**. Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2007, em Belém do Pará.

vida dos operários e operárias na Inglaterra.

Engels dedicou um capítulo de sua obra aos “movimentos operários”, analisando principalmente o enfrentamento entre a burguesia e o proletariado, que se dava através das greves que se massificavam na Inglaterra. Segundo Engels, a “guerra social” na Inglaterra poderia ser medida pela frequência das paralisações no trabalho. “Não passa nenhuma semana, quase dia nenhum, sem que se deflagre uma greve em qualquer parte”, seja por redução do salário, seja porque se empregaram os fura-greves (knobsticks) ou porque foram introduzidas novas máquinas, etc. Essas greves são, para Engels, “a escola de guerra dos operários” e a adesão ao “grande movimento operário”:

Estas greves...não decidem nada definitivamente, mas são a prova mais segura que a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima. São a escola de guerra dos operários, onde eles se preparam para o grande combate a partir de agora inevitável; são os pronunciamentos de diferentes ramos do trabalho, que consagram a sua adesão ao **grande movimento operário**” (grifo nosso). (Engels, 2010, p.258)

Por “movimento operário” entendemos todas as ações, greves, lutas e manifestações levadas a cabo pelos operários, seja de forma espontânea ou organizada, através de suas organizações sindicais, como os sindicatos e centrais sindicais ou de seus partidos e correntes políticas. Esse o sentido que demos em nosso trabalho, de inserir a greve da Albras e o Sindicato dos Metalúrgicos dentro na categoria de “movimento operário”.

Se em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels ainda está dando os primeiros passos na interpretação dialética da revolução industrial ao falar de “guerra social” entre burguesia e proletariado, no Manifesto Comunista de 1848, tanto ele como Marx evoluem para uma análise mais acabada do processo comandado pela burguesia, a concepção materialista da história, onde a evolução do proletariado enquanto classe social faz avançar sua consciência política e organizativa para o que os autores chamam de “luta de classes”. A essência do método dialética se materializa na expressão “luta de classes”. “Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire consciência dela” (Marx e Engels, 2024, p.29).

Mas, cada vez mais, esse crescimento do proletariado e o avanço de sua consciência contra a burguesia vai assumir um caráter nacional, um caráter de luta de classes:

“Essa união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela

grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, esse contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, **uma luta de classes** (grifo nosso)” (Marx, Engels, 2024, p.30)

Na Greve da ALBRAS, essa categoria vai estar presente em todos os sentidos, como veremos mais adiante, pois se tratou de uma luta entre uma categoria operária e seu sindicato (ainda no auge do novo sindicalismo) e um grande conglomerado do capital, uma joint-venture do governo Brasileiro através da ex-CVRD e o Estado japonês e suas empresas associadas a NAAC.

Outra questão importante que norteia nosso trabalho tem a ver como o *novo sindicalismo*. Essa categoria trazida de volta por Antunes (1995) pelo momento histórico-conjuntural que estávamos vivendo, muito semelhante com o momento de ouro que estava vivenciando o proletariado inglês no final do século XIX, na análise feita por Hobsbawm (2015), na sua obra *Mundos do Trabalho*, onde dedicou todo o capítulo 9 para narrar o Novo Sindicalismo.

Quando Hobsbawm fala em “novo sindicalismo” se refere a um período extraordinário do movimento operário inglês, os anos de 1888-90, que iniciou com uma greve portuária e se espalhou para outros setores, chegando entre 1888 e 1890, quando ocorreram 2.400 paralisações e 11 milhões de homens-dias perdidos de 1889-1890; sendo que das 1.051 greves ocorridas em 1889, somente 20% foram perdidas, 45% vitoriosas e o restante resolvidas por acordo. Nesse período, o número de associados da Confederação dos Sindicatos (TUC – Trade Union Congress) cresceu em 650 mil (80 por cento) entre 1888 e 1890 (Hobsbawm, 2015, pp.265-299).

A comparação que Antunes faz é sugestiva, pois o Brasil vinha de um ascenso operário generalizado que se iniciou com as greves dos operários do ABC-SP, de 1978-80. Ao se referir às greves que se iniciaram em maio de 1978 no ABC paulista ele nos diz que “as greves de maio de 1978, desencadeadas pelo operariado da indústria automobilística, significaram, em síntese, o reaparecer do proletariado na cena política. E constituíram-se, por isso, nos eventos mais expressivos e alentadores da história operária brasileira recente” (Antunes, 1992, p.38).

Esse movimento continuaria com a “greve Geral metalúrgica, com quinze dias de duração, em plena transição do governo da ditadura militar, passando do general Geisel para o general Figueiredo o comando do país. No quarto dia da greve, por exemplo, já estavam paralisados cerca de 170 mil operários na região do ABC-SP. Esse movimento contou com assembleias massivas e expressivas dos trabalhadores, como a famosa assembleia de 80 mil

operários no Estádio de Vila Euclides, onde a proposta de acordo do Ministério do Trabalho foi rechaçada; ou a assembleia de Santo André, com cerca de 30 mil operários que também rechaçou o acordo e votou pela continuidade da greve, fato que gerou depois, a intervenção nos três sindicatos de metalúrgicos do ABC.

Os trabalhadores, a pedido de Lula, aceitaram, nas assembleias, a trégua de “45 dias” proposta pelos patrões e pelo governo para rediscutir a proposta. Findo este prazo, os trabalhadores deram uma nova demonstração de força no 1º de maio de 1979, enchendo o Estádio de Vila Euclides com cerca de 130 mil operários. Foi quando Lula, em seu discurso ameaçou retomar a greve no dia 14 de maio, caso não houvesse uma resposta favorável da patronal às reivindicações dos operários. Assinado o Acordo no dia 12 de maio, não houve a retomada da greve, mesmo Lula tendo reconhecido que “não foi um bom acordo”, mas devido às condições objetivas, aprovou-se o mesmo pensando na recuperação do sindicato (Antunes, 1992, pp.52-53).

Após o confronto de 1979, o poder político do capital tenta se reestruturar para ir para um embate mais direto com as bases operárias grevistas. Segundo Antunes, o objetivo era atingir a espinha dorsal do *novo sindicalismo*. “Era o início da contra-ofensiva ditatorial, cujo objetivo era atingir a espinha dorsal do *novo sindicalismo*, num primeiro momento através de medidas de persuasão e, posteriormente, através da violenta repressão” (Antunes, 1992, p. 64).

Surge na acepção de Antunes (1995), o “*novo sindicalismo*” – termo buscado em Hobsbawm (2025, pp.265-299) - que vai ter na CUT e no PT sua principal força. De fato, toda a década de 80 verá o crescimento absoluto deste novo sindicalismo, quando a CUT, dirigida pelo PT, ganhará centenas de sindicatos por todo o país e fazendo com que, através da CUT, se promova a primeira greve geral no país, em março de 1989, alijando os velhos pelegos do movimento operário e sindical.

O reflexo deste “novo sindicalismo” se verá também aqui na Amazônia Oriental, quando os quadros filiados do PT, se propõem a conquistar o sindicato dos metalúrgicos no Pará, que estava nas mãos de um pelego, aliado dos patrões. Essa vitória virá em 1988, e terá consequências no enfrentamento com os patrões da ex-CVRD e do conglomerado japonês da NAAC, dois anos depois, com greve na ALBRAS, que é o objeto de nosso trabalho.

Por fim, por se tratar de nosso objeto privilegiado, queremos também mostrar o que nossos autores têm pesquisado sobre o termo “greve”. Segundo Antunes (1992, p.190), o termo

greve teve o seu nascimento na expressão francesa *Pláce de Grève*, uma praça onde os parisienses que não tinham trabalho costumavam se encontrar, no século XIX, “enquanto não obtinham as condições reivindicadas para que pudessem exercer suas atividades”. Georges Lefranc (apud Antunes, 1992) acrescentou que o termo *Griès* já se encontrava no Livro de Ofícios de Ettienne Boileau e tinha o significado de “prejuízo”.

Desde o início do século XIX que o termo greve começou a significar a paralisação voluntária e coletiva do trabalho visando melhores condições de vida e de salário. Mas, há relatos de que a primeira greve teria acontecido no ano 2.100 antes de Cristo. Para Gerard Adam esta teria sido a primeira greve que se tem notícia na história:

“La première greve connue est sans doute, em 2100 avant J.-C., celle des serviteurs d’un temple de Thèbes, protestant contre l’insuffisance de leur rémunération em nature. Les hommes, poussés par les femmes, demandent deux galletes supplémentaires par jour au gouverneur Psarou. Devant son refus ils cessent leur service³” (Gerard Adam, 1981, p. 9).

Esse relato histórico de uma primeira greve, mesmo quando o capitalismo ainda não existia, só demonstra que sempre que as condições materiais de vida são insuficientes, quando os governantes e os patrões arrocham os bens in natura ou os salários modernos, os trabalhadores respondem com o meio mais eficaz e poderoso que tem: a greve.

No caso da greve na ALBRAS, no ano de 1990, quase não tivemos pesquisas ou menção a esse fato que mobilizou a sociedade por uma semana. Antes de nossa pesquisa, houve o trabalho de Castro e Gomes (2004) que discutiu a forma de organização política dos trabalhadores em seu sindicato, o Simetal, a partir dos regimes fabris como o fordismo e depois o Controle da Qualidade Total trazido pelo toyotismo, que dificultavam a ação política dos sindicatos. Entretanto a greve que ocorreu na empresa, que impactou a consciência dos trabalhadores e a relação com a própria empresa, foi citada em apenas um parágrafo para falar das conquistas do sindicato dos Metalúrgicos. (Castro e Gomes, 2004, p. 135). O fato é que fomos os primeiros a fazer um relato e uma pesquisa mais detalhada sobre os acontecimentos de agosto de 1990 que culminaram na primeira greve da Albrás contra o grande capital.

³ “A primeira greve conhecida é sem dúvida, em 2100 antes de Cristo, a greve dos servidores de um templo em Tebas, que protestam contra sua baixa remuneração *in natura*. Os homens, apoiados pelas mulheres, exigem dois bolos de pães suplementares por dia ao governador Psarou. Diante de sua recusa os trabalhadores pararam os serviços” (Tradução Livre).

3 METODOLOGIA

Nossa pesquisa teve um caráter bastante exploratório por tratar-se de uma primeira pesquisa de fundo sobre a greve realizada pelos operários e operárias da ALBRAS no ano de 1990. Mesmo o trabalho de Castro e Gomes (2004) relacionado diretamente com a fábrica e o sindicato dos metalúrgicos não se propôs a analisar a greve.

Num primeiro momento nossa pesquisa teve um cunho bibliográfico e documental. Pesquisamos em Biblioteca Pública do Estado a coleção de jornais antigos da época, principalmente A Província do Pará e O Liberal, nossas primeira fontes de informação sobre a greve de 1990; também pesquisamos no acervo da fábrica da Albras cerca de 580 exemplares do Boletim Informativo de Fábrica (BIF), que saía regularmente toda semana desde o início da fábrica. Sobre a questão das greves que sacudiam o país desde o final da década de 70 do século passado, como as greves do ABC paulista e que inauguram o “novo sindicalismo” no país, recorremos a sociólogos e pesquisadores de renome como Ianni (1980), Antunes (1992, 2005), bem como a historiadores marxistas como Eric Hobsbawm (2015) para analisar o surgimento do novo sindicalismo. E, é claro, os clássicos do movimento operário e seus primeiros teóricos e organizadores, Marx e Engels, em suas obras A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra e o Manifesto Comunista.

Podemos dizer que nossa investigação acerca da greve dos trabalhadores da Albras, do ponto de vista metodológico, foi essencialmente qualitativa, pois a única fonte mais segura e com mais detalhes que contamos foram as entrevistas com os dirigentes do Simetal à época. Também podemos dizer que se tratou de um “estudo de caso”, pois analisamos e discutimos uma única greve em um Grande Projeto na Amazônia Oriental, conforme Gil (2017):

“O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento; tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados” (Gil, 2017, 4.9).

Concordando com a essência da formulação de Gil (2017) acerca do estudo de caso, Pereira et al(2018) nos dizem que “é uma descrição e análise, a mais detalhada possível, de algum caso que apresente alguma particularidade que o torna especial”, e que geralmente são acompanhados de metodologias qualitativas. “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é

importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas” (Pereira et al, 2018, p. 67).

Com base nessa metodologia, o objetivo deste artigo é reconstituir a partir de fontes bibliográficas e entrevistas com os sindicalistas e operários a greve de sete dias na Albrás, à época uma empresa estatal poderosa em joint-venture com o governo brasileiro e capitalistas japoneses, cuja principal produção são os lingotes de alumínio de 22 kg para exportação. Trata-se, pela primeira vez, de reconstituir na fala dos operários da época, o maior conflito já registrado entre trabalhadores e uma empresa de grande porte, transnacional, como a CVRD, no bojo dos Grandes Projetos na Amazônia Oriental, entrelaçado pelo fio condutor das análises sociológicas de um Brasil em ebulição do ponto de vista da luta de classes entre trabalhadores e patrões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 LOCALIZAÇÃO DA FÁBRICA DA ALBRÁS E PROCESSO PRODUTIVO

A fábrica da Albrás está localizada em Barcarena/PA, que faz parte da Amazônia Oriental. A Amazônia Oriental é composta pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. A parte oriental da Amazônia abriga 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. Sua população é de 21.056.532 habitantes, apenas 12,4% da população nacional.

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal, 2020



Fonte: IBGE

No Portfolio da ALBRAS lemos a seguinte apresentação:

Somos a maior produtora de alumínio primário no Brasil que, desde 1985, fornece aos mercados interno e externo, lingotes de alumínio de baixo carbono. A Hydro é a nossa principal acionista com 51% do capital. A NAAC - Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. detém os outros 49%. Essa organização é um consórcio formado por uma agência governamental japonesa, empresas comerciais, consumidores e fabricantes de produtos de alumínio. (albrasaluminio.com.br, 2025)

O parque industrial da Albras tem uma área de 1.874.784,2m² e sua estrutura possui prédios administrativos, almoxarifado, posto de combustível, ambulatório médico, restaurante, mirante, pátio e no parque industrial há três áreas principais de produção chamadas de Carbono, Redução e Fundição.

Figura 2: Localização da Fábrica da ALBRÁS, em Barcarena/PA



Fonte: ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A

No Carbono, a empresa mantém em pleno andamento a fabricação de uma das suas matérias-primas, usada nas cubas eletrolítica de produção, o anodo. Um bloco de carbono que é o lado positivo. As Fábricas de Anodo preparam o bloco com coque e piche e adicionam as hastes, barras para o contato nas cubas. Nossa produção anual de anodo é de cerca de 265 mil toneladas por ano. A Albras produz um anodo de alta qualidade, o que influencia diretamente no custo de produção do metal e na diminuição das emissões de CO₂. (albrasaluminio.com, 2025)

A segunda etapa da produção acontece na área de Redução, onde estão localizadas as cubas eletrolíticas. A Albras opera com 4 Linhas de produção, cada uma possui 240 cubas que totalizam 960 cubas e operam a uma temperatura de aproximadamente 960°C. Nas cubas eletrolíticas as matérias primas principais; Anodos de carbono, Alumina e o eletrólito são submetidos a passagem de corrente elétrica para ocorrência da reação de eletrólise. Após formado o alumínio líquido deposita-se no fundo das cubas e é retirado através de recipientes chamados Cadinhos que transportam o metal ainda líquido até a última etapa do processo, o lingotamento. (albrasaluminio.com, 2025)

Chegando até a Fundição o metal líquido é colocado em fornos de fundição para manutenção do metal aquecido até ser colocado nos moldes de lingote. As lingoteiras moldam os lingotes de 22,5 quilos e as esteiras direcionam até o setor de montagem das pilhas, onde os robôs montam em média 1.000 pilhas por dia, tendo cada uma o peso médio de uma tonelada em média.

A Albras transforma o alumínio primário líquido em lingotes de liga P1020, PFA, P0610 e barramentos. As ligas do tipo PFA (Primary Foundry Alloy ou Liga de Alumínio Primário em português) foram criadas especialmente para atender a indústria automotiva. O desenvolvimento ocorreu a partir do metal primário de alta pureza.

No produto são adicionados silício, magnésio, estrôncio e titânio. Os lingotes tipo P0610 e o P1020 são produtos que possuem maior pureza, ideais para atender clientes que buscam soluções inovadoras. Os lingotes produzidos na Albras possuem 22,5 kg, com 750mm de comprimento, 170mm de largura, com âncoras laterais e altura de 110mm (albrasaluminio.com, 2025).

É nessa fábrica, com seu complexo processo produtivo que transforma a alumina em alumínio, com um contingente à época de 2.600 operários, que se darão os mais contundentes combates durante sete dias, conforme veremos a seguir.

4.2 A GREVE DE 1990: OS SETE DIAS QUE ABALARAM A ALBRÁS

4.2.1 As Causas que precipitaram a greve

A greve da ALBRÁS foi precedida por outros movimentos grevistas. Bem perto dos operários da ALBRAS acontecia uma greve dos trabalhadores da construção civil, responsáveis pela ampliação das instalações do complexo Albrás-Alunorte (Fontes, 1996). Cerca de cinco mil operários entraram em greve no dia 14 de maio reivindicando 84,32% da inflação de março, 44% da inflação de abril e outras vantagens salariais, que somadas, chegavam a 160% de reajuste; além das outras cláusulas sociais, que no total, chegavam a 60 (O Liberal, 1990). Fato curioso é que as negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a ALBRAS para o Acordo Coletivo

iniciaram alguns dias depois da greve dos operários da construção civil, conforme o Jornal O Liberal⁴.

Nas negociações para o Acordo Coletivo 90/91 ia ficando claro para os representantes sindicais e para os operários que a ALBRAS não tinha nenhuma proposta econômica para oferecer. Depois de 15 dias de negociação e sem ter nenhuma proposta concreta, a empresa distribuía seu boletim na fábrica (O BIF) informando que o acordo coletivo de 89 terminaria no dia sete de junho, e que a partir daquela data todos os benefícios e vantagens sociais dos empregados seriam cortados. Diante da pressão da empresa, o sindicato denuncia o terrorismo e convoca à Assembleia Geral. Segundo Sullivan Ferreira Santa Brígida, diretor do sindicato dos metalúrgicos, “essa proposta de adiamento das decisões e de suspender os benefícios sociais até quinta-feira significa também que a empresa quer partir para o confronto” (O Liberal, 1990, p. 2).

A Greve não aconteceu naquele momento porque a Albrás apresentou uma contraproposta pedindo o adiamento das negociações por 120 dias, onde se comprometia com o pagamento de 160% sobre o salário base de maio (pago em quatro parcelas, sendo 50% em 13 de junho, 30% em 2 de julho, 40% em 1º de agosto e 40% em 3 de setembro), um aumento salarial de 10% a partir de 1º de junho, além da estabilidade no emprego por 60 dias. A Assembleia dos operários, reunida no dia sete de junho, e que contou com a participação massiva de 700 trabalhadores (de um total de 2.600), decidiu aceitar a proposta e a greve não aconteceu⁵.

Entretanto, como declarou Sullivan em entrevista concedida a nós, “a greve aconteceu porque ninguém agüentava mais a situação de inflação que corroía os salários a cada mês”. De fato, em nossa pesquisa nos jornais de 1990, depois do acordo feito, não havia nenhum sinal declarado de que a greve aconteceria; nenhuma manchete ou notícia na imprensa nos dois meses antes do movimento ser deflagrado.

Mas, havia um outro fator ressaltado por Sullivan, que se somou aos altos índices inflacionários: a nomeação de um novo presidente para a fábrica, o Guilherme Gazzola, que vai

⁴ . METALÚRGICOS e Albrás tentam obter acordo. **O Liberal**, Belém/PA, 23 de maio de 1990.

⁵ . ACORDO impede greve dos metalúrgicos na Albrás. **O Liberal**, Belém/PA, sábado, 9 de junho de 1990, Cidades, pág. 5. É bom lembrar que 22 itens faziam parte da proposta do Sindicato dos Metalúrgicos. Além da reposição das perdas salariais de 166,89% e aumento real de 10%, os operários reivindicavam participação adicional nos lucros de 10%; gratificação de férias de 20% por cada ano trabalhado; revisão do plano de carreira; abono de 4,5 do salário base de junho; indenização de um salário por cada ano trabalhado em caso de demissão e a manutenção de todos os benefícios já existentes.

ter a tarefa do grupo Vale de começar a cortar benefícios dos trabalhadores. O Boletim de Fábrica (BIF, n 271, 1990) havia noticiado esta nomeação e as novas diretrizes do presidente recém-nomeado.

Segundo o relato feito por Sullivan,

“na época em que nós estávamos na direção, lá, o acordo da ALBRAS chegou a ser o melhor acordo do Brasil; nós tínhamos uma série de benefícios que ainda tem, e foi exatamente o que provocou a greve de 90; nós tínhamos uma carteira de benefícios muito forte; nós tínhamos alimentação de graça, ônibus de graça, assistência médica de graça, remédio de graça, adicional noturno de 18%...Se tu pegares o acordo coletivo daquela época, melhor mesmo só o acordo coletivo da Petrobrás na época...E aí quando chegou um cidadão lá chamado (como era mesmo o nome do presidente?) Gazolla...Ele veio com a tarefa de acabar com esse negócio dessa farra; foi quando fizemos a greve e mantivemos esses benefícios; logo mais na frente nós fomos obrigados a negociar...” (Entrevista, 2007)

Segundo outros entrevistados, a ALBRAS, através de suas gerências e presidência, havia feito uma provocação aos trabalhadores, ao afirmar que se eles não estavam satisfeitos, se achassem que estavam de “pires na mão”, que brigassem pelos seus direitos, que fizessem greve. Foi isso que detectamos na entrevista com Gilvandro Santa Brígida, vice-presidente do sindicato dos químicos de Barcarena em 2007, que na época, trabalhava como operário da ALBRAS:

“a gente percebe também que a greve que foi feita aqui na ALBRAS na época, foi na verdade um revide, vamos dizer assim, à arrogância da ALBRAS, dos diretores da ALBRAS, na época, que achavam que os paraenses não tinham coragem no sangue pra fazer uma greve, e naquele momento da discussão do acordo coletivo, eles humilharam os trabalhadores, mandavam os trabalhadores fazerem greve, que estavam de piros na mão...” (Entrevista, 2007)

Em outras entrevistas também percebemos a mesma resposta: de que a greve foi uma provocação dos diretores da empresa, que não acreditavam que os “paraenses” iriam fazer greve contra uma grande empresa do grupo Vale do Rio Doce em plena Amazônia Oriental. Enganaram-se. Mas, não havia sido por falta de aviso, pois a situação do país empurrava os trabalhadores para as greves, e em 1989, o próprio Sindicato dos Metalúrgicos havia conclamado a categoria a aderir à greve geral chamada pela CUT. Essa greve de fato, não aconteceu, pois as reivindicações eram genéricas, apesar de justas; mesmo assim, segundo os relatos dos operários e sindicalistas entrevistados, houve uma pequena paralisação na empresa, apenas no primeiro dia, com carro-som, falações, etc.

A própria empresa parece que esperava uma greve dos operários para não muito distante. Há uma semana da greve geral chamada pela CUT, em março de 1989, a empresa publicou um editorial no BIF intitulado “O Direito de cada um”, onde tentava golpear a adesão dos seus empregados à mesma:

“...O que se pretende com a greve geral anunciada para a próxima semana? Pelo que se divulga, entre outras, as razões são de protesto contra políticas do Governo. É portanto, uma greve de natureza política!

E as empresas onde entram nisso? E especificamente aquelas que, através do tempo, pautam seu comportamento na salutar convivência com seus empregados e que, permanentemente, demonstram sensibilidade aos seus problemas? Devem ser essas empresas “punidas” com uma greve dessa natureza? Estamos certos que não! E o que podem, então fazer? O que lhes é também assegurado na Constituição?

Naturalmente, buscar garantia e segurança para seus empregados que querem trabalhar e, para os que não querem ou que tentam impedir os demais, aplicar as sanções que a lei assegura” (BIF, n 211, 1989)

Ou seja, antes mesmo que qualquer possibilidade de greve se avizinhasse na fábrica, a ALBRAS estava pronta para aplicar os rigores da Lei e punir os que tentam impedir aos que querem trabalhar, num claro sinal de quem esperava pelo pior.

Quase um ano e meio depois, os temores da ALBRAS se confirmaram: a classe operária da ALBRAS utiliza-se do método tradicional do movimento operário, a greve. As causas eficientes e necessárias, inscritas em causas mais gerais da sociedade brasileira, estavam dadas. Como já relatamos, aparentemente a greve pegou a todos de surpresa, pois os que não estavam de turno, ao virem trabalhar, também se surpreenderam com o movimento. Do ponto de vista da imprensa, também não havia nenhum sinal no horizonte de que haveria uma “greve” na ALBRAS.

A pressão inflacionária nos salários e as ameaças de retirada de direitos por parte do novo presidente precipitaram a greve, implodindo assim o acordo feito com a empresa de adiamento da negociação coletiva. Quando perguntamos a Sullivan se a greve havia ocorrido porque a empresa não vinha cumprindo o acordo, ele nos respondeu que “a empresa vinha cumprindo”, mas a situação objetiva, de inflação alta, falou mais alto. Segundo Sullivan

“...nesse período a pressão salarial foi tamanha que nós fomos bater na porta da ALBRAS pedir pra retomar as negociações e ela recusou, quando ela recusou, aí fomos obrigados a chamar a greve...nós forçamos, chamamos uma assembleia, ela sentou, mas só que nessa sentada houve uma divergência tipo assim, nós queríamos 90% pra fechar, ela queria dar 60% e acabou dando escalonado...depois da greve ela acabou dando cento

e lá vai poeira...isso que era perda do plano Collor de dois meses, que era março e abril, de dois meses, então; nessa sentada, a ALBRAS não topou e nós atropelamos tudo então...porque nós não demos aquele prazo tipo de 48 horas; fomos pra assembleia e da assembleia nós saímos direto pra greve, foi todo mundo deitar lá na entrada da ALBRAS...não foi um negócio muito planejado não, foi um negócio assim meio de estouro. Ali a questão foi puramente salarial, e mais a história do Gazolla que queria cortar, era pra acabar com os benefícios...eles chamavam de penduricalhos...” (Entrevista, 2007).

Passado a surpresa, os diretores da ALBRAS tiveram que administrar pela primeira vez uma greve na empresa. Igualmente, os representantes dos operários se viam pela primeira vez tendo que organizar uma greve, que nasceu “espontânea”, no sentido de que não havia um plano pré-elaborado para se decretar a greve, e tendo como símbolo dessa espontaneidade o “deitar-se na entrada da ALBRAS”.

Era uma quarta-feira à noite, 22 de agosto de 1990, quando os metalúrgicos decidiram cruzar os braços. Dois dias depois, a greve já era divulgada na imprensa. A Província do Pará⁶ começou colocando notas curtas na seção “Primeira Coluna”; já o jornal O Liberal publicava matérias mais extensas, com a visão da empresa e do sindicato em todos os momentos. A primeira notícia da greve pela imprensa escrita foi dada pelo jornal A Província do Pará da seguinte maneira:

“Greve na Albrás: A greve dos empregados da Albrás, desde quarta-feira à noite, segundo fontes da empresa, não chega a mobilizar mais de 15% da categoria, pelo que as atividades da fábrica se mantêm normais. A Albrás, a propósito, pediu ao Tribunal Regional do Trabalho que declare a greve abusiva, amparada no fato de que vigora um acordo preliminar de adiamento do Acordo Coletivo para 1º de outubro” (Província do Pará, agosto 1990).

Já, o jornal O Liberal estampava a greve em suas páginas, pela primeira vez, a partir das negociações que se processavam no Tribunal Regional do Trabalho. A chamada indicava que não havia fechamento de acordo:

“Metalúrgicos em greve não fecham acordo com Albras: Representantes da empresa alumínio Brasileiro S/A (Albras) e do Sindicato dos Metalúrgicos se reuniram ontem à tarde, no Tribunal Regional do Trabalho, para tentar chegar a um acordo e acabar com a greve deflagrada anteontem em Barcarena. No entanto, após três horas de reunião, sob

⁶ Jornal fundado em 1876 e que deixou de circular na forma standard (impressa) em 2001 por conta de sua crise financeira. Foi relançado em 2018 pelo Grupo Marajoara, do empresário Carlos Santos, na forma de tablóide com circulação quinzenal e mantém uma versão online atualizada diariamente através do site <https://aprovinciadopara.com.br/>.

a presidência da juíza Lígia Simão, presidente do TRT, as duas partes não chegaram a um entendimento. A paralisação vai continuar (O Liberal, agosto 1990)

4.2.2 Radicalização e Piquetes de greve

Como percebemos, a atitude da empresa desde o primeiro momento foi de radicalização para com o movimento operário. Primeiro, conforme a notícia de A Província do Pará, pede a abusividade da greve; depois, como na matéria de O Liberal, não recua da sua proposta econômica, por estar cumprindo ordem do governo federal, visto que a ALBRAS era ligada a uma estatal, a CVRD. O impasse estava em que a empresa queria oferecer 90% de reajuste em três parcelas, enquanto os metalúrgicos reivindicavam 150%.

Com a radicalização da empresa por um lado e da disposição dos operários e do sindicato, por outro, a greve expande os seus métodos. Com a política permanente da empresa em “furar a greve”, o movimento é obrigado a fazer piquetes de greve; piquetes esses que foram bem articulados nos diversos locais estratégicos, por onde os ônibus poderiam passar e furar o bloqueio dos grevistas.

Quando falaram da greve, quase todos os entrevistados lembraram de como os piquetes foram importantes naquele tempo, para a própria sobrevivência do movimento. Se não houvesse os piquetes, a tática de furar a greve da empresa poderia ter sido vitoriosa, visto que até “helicóptero”, segundo nos informaram os entrevistados, ajudou no transporte de “fura-greves”.

Segundo Edil Pinheiro, na época diretor de cultura do Simetal de Barcarena, e recém-entrado na ALBRAS no período da greve, os piquetes em vários locais, tanto na frente da fábrica como no seu entorno foram fundamentais para garantir a manutenção da greve. “...mas também ninguém podia sair da fábrica; quem tava dentro não saía e quem tava fora não entrava; exceto o pessoal do administrativo que eles saíam de tarde, entravam de manhã sem problema nenhum”. Nessa época, apenas as reduções I e II e parte da redução III estavam em funcionamento na fábrica; a redução IV ainda não havia dado partida. Edil Pinheiro também falou de sua participação pessoal nos piquetes:

“Tem um local aqui o Arienga aonde termina o município de Barcarena e começa o de Abaetetuba é uma ponte que tem um igarapézinho aqui já próximo a Abaetetuba que hoje tem esse pessoal que a gente já não lembra, passou um tempão que ali era chamado de “Riacho Doce”, e lá eu fique com uma turma lá...Lá nós fizemos piquete, no Riacho Doce, que era exatamente no limite com (o município de) Abaetetuba; na época tava

passando essa minissérie “riacho Doce” e lá começou a se chamar de “Riacho Doce” (Entrevista, 2007)

Percebe-se que os grevistas se concentravam em todos os locais possíveis para impedir com que a ALBRAS tentasse furar a greve e quebrar o movimento. Segundo Edil Pinheiro, o piquete na porta da fábrica era permanente e tinha um carro-som passando as informações vinte e quatro horas para o pessoal que estava dentro da fábrica. Quando terminava a passagem do turno, os operários que estavam dentro da fábrica vinham todos para a frente do portão para ajudar a agitação do movimento.

Figura3: Fábrica da ALBRAS em Barcarena/PA



Fonte: ALBRAS, 2025

Em sua narrativa, Edil Pinheiro complementa os outros locais onde se concentraram os piquetes e a reação dos operários que eram convocados para furar a greve:

“teve outro na entrada aqui no Trevo, que entra pra fazer a Transalumínio, pra ir pra fábrica, né, e entra aí, você sai daí e emenda pro Peteca e depois pra fábrica depois vai pro Peteca...Tinha piquete lá pra Vila do Conde, na Portobrás, porque tinha gente que tentava voltar por lá pra vir trabalhar; houve um número muito grande de pessoas que não estava na fábrica na hora em que foi deflagrada a greve e que queriam trabalhar, o pessoal que era de turno, e queriam vir trabalhar e, e aí, com os piquetes alguns não queriam passar por vergonha, de ver a companheirada lá, outros tinham medo talvez de ser espancado...coisa que não aconteceu; não houve nenhum incidente nesse sentido de que alguém tentou passar, foi impedido e o cara insistiu, tomou porrada, isso não aconteceu...” (Entrevista, 2007)

Finalizando sua narrativa, conta-nos do papel importante que as mulheres dos operários grevistas cumpriram para dar moral à greve e ao movimento, tanto para os que estavam fora como os que estavam no turno dentro da fábrica:

“E também aqui na porta da fábrica vieram, isso foi decisivo, isso é importante, vieram muitas esposas de companheiros, de alguns que estavam lá na greve e alguns que estavam dentro da fábrica; teve gente que tava dentro da fábrica, no segundo dia de greve, quando viam a esposa aqui fora eles saíam, vindo se juntar com a turma aí também...” (Entrevista, 2007)

Poderíamos arrolar trechos de outras entrevistas, mas achamos o depoimento de Edil Pinheiro mais completo sobre a organização dos piquetes em todas as áreas estratégicas de entrada para a fábrica. Essa organização foi tão eficiente que, como dissemos anteriormente, nunca a luta de classes, em um espaço tão micro, no interior da Amazônia Oriental, foi vista em todo o seu esplendor.

4.2.3 A repressão policial contra os grevistas

Diante da radicalização do movimento grevista, a empresa se viu obrigada a recorrer à principal instituição do Estado burguês, o aparato repressivo da Polícia Militar, que, segundo Lênin (2017) é o que garante a estabilidade do Estado burguês, para garantir a “normalidade” e o funcionamento da fábrica. “O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado...” (Lênin, 2017, p. 32).

No quinto dia de greve, a Polícia Militar do Estado foi chamada para reprimir os piquetes dos grevistas. Lembremos que quem garantia a paralisação eram os operários, os operadores que estavam na área. A disputa dos grevistas com a empresa era para impedir a entrada do pessoal operacional; quem vencesse essa batalha ganharia a guerra, pois quanto mais operários entrassem para as reduções, mais a produção estaria garantida. Entretanto, o desespero da empresa era que os operários que permaneceram no interior da fábrica desde o início da greve precisavam ser “rendidos”, pois cedo ou tarde não conseguiriam, fisicamente falando, garantir o processo produtivo.

Daí, que na maioria dos depoimentos colhidos por nós, todos falam de como os que permaneceram no interior da fábrica eram “bem tratados” pela empresa, que lhes dava de tudo. Como disse Sullivan (Entrevista, 2007), “eram tratados a pão e mel...tudo o que eles queriam, eles tinham; era carro, passava caminhão de cuecas⁷...”.

Já prevendo que a empresa chamaria o aparato policial para acabar com a greve, os sindicalistas propuseram que as mulheres dos grevistas e seus filhos viessem para a frente da fábrica engrossar os piquetes e sensibilizar os maridos que estavam lá no interior da fábrica.

Como vimos no relato de Edil Pinheiro, alguns maridos, quando viam suas esposas na frente da fábrica, sensibilizavam-se e acabavam deixando o posto de trabalho, reunindo-se aos grevistas.

Mas, no quinto dia de greve, os ânimos acirraram-se entre os grevistas e a Polícia Militar, esta agindo com violência contra os trabalhadores em greve. Esse enfrentamento foi narrado pelo jornal *O Liberal* da seguinte maneira:

“Piquete na greve da Albras gera tumulto: A Polícia Militar, o Pelotão de Choque e Patrulhamento Tático e Metropolitano de Belém (Patam), agiram com violência, ontem, contra os funcionários em greve da Albras, segundo informações transmitidas por telefone pelo delegado sindical dos metalúrgicos de Barcarena, Elias Araújo. Segundo ele, os militares agrediram os grevistas que organizavam piquete às proximidades da fábrica de alumínio. O Comandante da PM de Barcarena, major Gatti, no entanto, negou as acusações e disse que os militares têm ordens para agir somente em caso de tumulto. Elias contou que desde a última quarta-feira, dia 22, os funcionários da Albras iniciaram a greve por melhoria salarial e, até anteontem, não havia sido registrado qualquer choque entre grevistas e a polícia. “A violência chegou com a mudança do capitão da PM, assumindo o capitão chamado Pantoja, que ordenou seus soldados a agirem com violência”, disse o representante dos trabalhadores”. (*O Liberal*, 28/08/90, p.17)

Ainda segundo o Jornal *O Liberal*, no relato obtido do delegado sindical Elias Araújo, a Polícia Militar foi chamada também para garantir o transporte e a entrada de fura-greves na fábrica, desta vez mandando buscar funcionários no município de Abaetetuba

“O delegado sindical relatou que, devido à redução do número de trabalhadores que vem ocorrendo diariamente, ontem a empresa mandou buscar funcionários de Abaetetuba, que chegaram em Barcarena num ônibus da empresa Transbrasilero. Até anteontem, todos os ônibus estavam parando na principal via de acesso entre a Vila dos Cabanos e a fábrica de alumínio. Assim, os funcionários desciam e se dirigiam a pé até a fábrica. Elias disse que esse foi o acordo feito entre grevistas e a direção da Albras.

⁷ . Por conta disso, eles chamaram essa greve de “Greve das Cuecas”, o que gerou inclusive um processo da Empresa contra o Sindicato, pedindo indenização, que há dez anos atrás estava em 1 milhão de reais; eles, os sindicalistas fizeram chacota da ALBRAS e chamaram esta ação de “Ação da Cueca”.

Quando o ônibus da empresa Transbrasilero chegou, segundo relato do sindicalista, o capitão Pantoja mandou que o motorista avançasse contra os grevistas. Nessa ocasião, os grevistas engrossaram os piquetes, enquanto o ônibus avançava. Nesse momento, ainda de acordo com Elias Araújo, o capitão ordenou que os soldados batessem de cassetetes em mulheres, crianças e homens, dando início ao tumulto...” (O Liberal, 28/08/90, p. 17)

Esse fato, segundo os entrevistados, foi decisivo para que a greve começasse a entrar em seu desfecho. Operários começaram a deixar seus postos de trabalho espontaneamente depois da repercussão do fato no interior da fábrica; foi realizado um Ato Público na frente da fábrica, em repúdio à repressão policial, o que fez com que aumentasse a solidariedade entre os grevistas e os que estavam no interior da fábrica trabalhando.

4.2.4 O desfecho vitorioso da Greve na ALBRAS

A repressão policial e a intervenção do Estado a favor da Empresa tendo à frente o governador Hélio Gueiros, aliado ao cansaço dos operários que estavam há uma semana no interior da fábrica sem poderem ser substituídos, vão ser decisivos para uma mudança de postura da empresa; os operários já se recusavam a cumprir determinadas tarefas. Como nos disse Edil Pinheiro,

“Criamos um procedimento chamado LVO (Levantamento de Viva Voz)...que chegou o momento em que, olha, não dá mais, vamos desligar esses fornos aí que não tem mais condição...de certa forma contribui, o pessoal que tava dentro da fábrica, mesmo não participando da greve, mas o pessoal teve uma participação decisiva, que foi quando eles se recusaram a começar a executar determinadas tarefas, aí os caras disseram “aí não, agora não tem mais jeito”; resolveram aí, a empresa aceitou a proposta em quase sua totalidade; fizeram um acordo pelo fim da greve e foi o que aconteceu”(Entrevista 2007)

Assim, dois dias depois do enfrentamento com a Polícia Militar, a greve chega ao seu final com uma vitória dos operários, que marcará a existência dos trabalhadores, do sindicato e da própria empresa. Os operários haviam aprendido a recorrer ao seu próprio método de luta, a greve, para resolver os seus problemas.

O final da greve é descrito assim pelo jornal O Liberal:

“Acordo encerra greve dos metalúrgicos da Albras: A direção da Albras em Barcarena e o Sindicato dos Metalúrgicos chegaram, ontem à noite, a um acordo para pôr fim à

greve que, durante uma semana, manteve paralisados cerca de 30 por cento dos 1.600 funcionários da área operacional em sua fábrica localizada em Vila do Conde, no município de Barcarena.

O acordo, que seria homologado em assembleia geral dos funcionários da Albras ainda ontem à noite, com início previsto para as 20 horas, prevê a concessão de reajuste de 90 por cento para os trabalhadores de menor nível de renda – abaixo da faixa 11, que representam cerca de 84% do efetivo de pessoal da Albras. O reajuste será calculado sobre os salários de maio, retroativo a junho e julho, com pagamento da diferença nos contracheques deste mês. Além desse reajuste, os operários situados nessa faixa de renda terão ainda as promoções correspondentes a quatro níveis na tabela de ascensão funcional da empresa...” (O Liberal, 30/08/90, p. 24).

Infelizmente, não tivemos acesso a nenhum jornal do Sindicato da época, para vermos a repercussão da vitória desse acordo sobre a consciência dos trabalhadores. O “Pikadinho”, que era o Jornal do Sindicato naquele período, não existia mais na sede da ABAN ou do próprio Simetal de Barcarena⁸. Tivemos que nos contentar com a memória dos trabalhadores, que nos disseram que a Empresa passou a tratar a categoria com “mais respeito”, com “mais dignidade”, sem provocações, como a que levou à greve.

Do lado da empresa, observamos um silêncio “lacônico” em suas publicações. O principal instrumento de comunicação da empresa, o BIF, do dia 04/09/90, terça-feira, trouxe um editorial intitulado “Tempo de Maturidade”, onde louva os 12 anos de fundação da ALBRAS, mas apenas uma linha é dedicada à greve:

“De setembro de 1989 a setembro de 1990 a empresa passou por um ano de muitas experiências e transformações, que serviram para ajudar na formação de uma cultura própria. Tivemos mudanças na estrutura organizacional, mudanças na diretoria, problemas na Redução I, **uma greve que acabamos de viver (a primeira da história da Empresa)**, (grifo nosso) enfim, um ano cheio de acontecimentos que são brilhantes experiências para aqueles que estão aqui, vivendo este dia-a-dia...” (BIF, 04/09/90)

De fato, como já assinalamos, a greve de agosto de 1990, vai servir para que a empresa reflita sobre o poder que os operários conquistaram com o movimento grevista, e acelerar o processo de reestruturação produtiva do capital, que já era uma orientação de governo. Essa ofensiva da empresa com a reestruturação produtiva, cuja essência é reduzir pessoal e cortar direitos dos trabalhadores, vai encontrar resistência por parte do movimento operário, que,

⁸ . Pudemos constatar a existência do Jornal “O Pikadinho” – uma forma irônica de criticar o “Bif” da Albras – através de uma publicação oficial da Empresa, o BIF, datada de 16/05/90, onde diziam ““O Pikadinho publicou recentemente um artigo com a opinião do Sindicato dos Metalúrgicos sobre a situação financeira da ALBRAS em que afirma que “a Empresa tem que se virar para conseguir os cruzeiros, como determina o próprio governo”. Ora, se essa afirmação não fosse da representação dos trabalhadores poderia parecer coisa irresponsável, demagogia...” (Santiago, 2007, p. 143).

enquanto tem uma direção sintonizada com os seus objetivos resiste, através das reivindicações presentes nos acordos coletivos de trabalho.

4.3 DISCUSSÕES

Pelo exposto, vimos que as condições objetivas da sociedade brasileira apontavam para a radicalização dos movimentos operários e de trabalhadores. A própria greve dos mineiros no coração da CVRD, em Itabira, no ano de 1989, havia influenciado positivamente no ânimo dos sindicatos da base da companhia. Havia o fator subjetivo, o Sindicato dos Metalúrgicos, fortemente influenciado pela CUT, a Central que dirigia os principais sindicatos combativos do país. Em uma curva histórica, os fatores objetivos e subjetivos encontravam-se e o resultado levaria à greve de 1990.

Na única e histórica greve que os operários e operárias da Albrás realizaram, em agosto de 1990⁹, vimos na essência o que significa a categoria marxista de “luta de classes”. Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, já haviam delimitado a categoria “luta de classes” como uma questão política. Segundo os autores “basta, porém, esse contato para concentrar as numerosas lutas locais, que tem o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política...”. (Marx e Engels, 2024, p.30).

No greve da Albrás vimos que a categoria luta de classes se fez presente em todos os momentos do confronto: nos piquetes de greve, nas assembleias democráticas, no apoio dos familiares e solidariedade de sindicatos *versus* intransigência do Estado e dos patrões capitalistas (a fábrica era uma joint-venture, a maioria do capital, 51%, era da CVRD e 49% dos capitalistas japoneses) repressão policial e propaganda ideológica contra os grevistas.

Para entender por que os operários da ALBRAS recorreram ao método clássico de luta do movimento operário, a greve¹⁰, é preciso analisar alguns elementos da situação histórica do Brasil da época.

⁹ . Segundo pudemos constatar nas entrevistas realizadas com operários e dirigentes sindicais, o Simetal aderiu ao chamado da CUT da greve geral de março de 1989. Mas, segundo os entrevistados, a greve sequer chegou a nascer, visto que era uma coisa distante dos trabalhadores. No primeiro dia ainda houve manifestação do sindicato em frente à empresa, atraso de turno, etc. mas, no segundo dia a fábrica da Albrás funcionou normalmente. Por isso consideramos a greve de agosto de 90, como a única greve, de fato, realizada pela categoria metalúrgica.

¹⁰ . Segundo ANTUNES (1992), **A Rebeldia do Trabalho**; p. 190, “a palavra greve tem sua origem na expressão **Plâce de Greve**, local onde os parisienses sem trabalho costumavam se reunir, no século XIX, enquanto não obtinham as condições reivindicadas para que pudessem exercer suas atividades...”

Como já falamos anteriormente, o Brasil vinha de um ascenso operário generalizado que se iniciou com as greves dos operários do ABC-SP, trouxe em seu bojo o funcionalismo público e depois toda a sociedade brasileira, que culminou com a campanha das *Diretas Já*, onde a ditadura militar vivia sua última agonia. Removido o obstáculo maior, o regime militar, trabalhadores, camponeses e o povo sentiram-se mais livres para iniciar a construção de sindicatos, associações civis, movimentos sociais (como o MST), centrais sindicais e todos os organismos associativos possíveis. Surge na acepção de Antunes (1995), o “*novo sindicalismo*” – termo buscado em Hobsbawm (2025, pp.265-299) - que vai ter na CUT e no PT sua principal força.

As greves vão se tornar, a partir de então, um fenômeno “naturalizado”. A sociedade brasileira, os trabalhadores e o povo explorado em particular, inaugurarão uma situação que o marxismo e Lênin chamariam de “revolucionária”, onde uma das características dessa situação é um “desenvolvimento acentuado da atividade das massas, que se deixam saquear tranquilamente nos períodos ‘pacíficos’, mas que, nos períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise de conjunto como pela própria cúpula, para uma ação histórica independente” (Arcary, 2004). É exatamente isso o que vimos no Brasil no período de 1985 a 1990, com a derrubada da ditadura militar e a entrada em cena do movimento operário e sindical, com suas greves intermitentes¹¹, que estouravam a todo momento, a qualquer hora.

Fato significativo desse período, também, é uma greve que acontece no coração da CVRD, em Minas Gerais, no ano de 1989, na mina de ferro de Itabira. A história desta greve é muito bem contada por Minayo (2004), onde a mesma centra seu estudo nas novas formas de trabalho flexíveis que começavam a ser implantadas e se cruzavam com as reivindicações operárias por melhores salários. O mais interessante, segundo a autora, é que os mineiros de Itabira não faziam uma greve desde os idos da fundação da companhia, em 1945.

Perguntamo-nos: o que levou esses trabalhadores, depois de quase meio século, a fazer a greve? Em primeiro lugar, por conta das condições objetivas da sociedade, que analisamos no parágrafo anterior, mas também por conta da defasagem salarial de 83% causada por uma inflação galopante do governo Sarney. A CVRD queria conceder apenas 16,92% e isso causou

¹¹ . No momento em que realizávamos nossa pesquisa bibliográfica, na Biblioteca do Centur, em Belém do Pará, para descobrir o período da greve na Albrás, era comum nos meses de maio a setembro de 1990, em cada dia, em cada mês, em cada página, nos depararmos com uma greve nacional de categoria ou mesmo local, como por exemplo a greve da CSN, em 1988, que durou quase um mês e agitou o país e os noticiários e o próprio Lula foi lá dar o apoio.

um clima de revolta nos trabalhadores, que começaram a fazer diversos movimentos que levariam à greve geral, como nos conta Minayo:

“A partir de então, os operários iniciam várias formas de protesto, dentre os quais, 10 dias seguidos de boicote aos restaurantes da CVRD e passeatas de advertência, que saem simultaneamente das minas do Cauê e da Conceição...Era noite do dia 2 de abril, um domingo, no estádio Valério Doce Esporte, lotado por cerca de 5 mil trabalhadores. Essa multidão, que constituía, à época, a quase totalidade da força de trabalho da Companhia, está em assembléia desde o início da noite. Às 00:30 horas, do dia 3, é votada por unanimidade a decretação de uma greve, num clima ao mesmo tempo de euforia e revolta” (Minayo, 2004, p. 246).

Ainda considerando as condições objetivas da época não podemos esquecer que a greve de Itabira irrompeu logo após a Greve Geral de 48 horas de março de 1989, convocada pela CUT, onde pela primeira vez 22 milhões de trabalhadores cruzaram os braços contra o Plano Verão do governo Sarney ou cerca de 37% da força de trabalho, conforme Sandoval (1994, p.193).

Fizemos questão de citar a greve de Itabira porque ela vai repercutir de alguma maneira na consciência dos trabalhadores da CVRD em todo o Brasil e vai influenciar especificamente os operários da ALBRAS, em Barcarena. Ocorre uma “aproximação sucessiva”, assintótica, entre a consciência particular de cada trabalhador e a consciência histórica e universal do momento.

Na verdade, os operários da ALBRAS são empurrados pela situação histórica ao mesmo tempo em que contam com a consciência mais avançada perto de si, o sindicato, que vai estimular e dirigir o movimento operário para a greve, como parte do surgimento do “novo sindicalismo”, analisado por Antunes (1995).

5 CONCLUSÃO

A greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Albrás, como vimos, foi inédita. Pela primeira vez os explorados, os operários da produção, levantaram a voz contra uma das mais poderosas empresas do país, a Vale do Rio Doce, aliado ao consórcio japonês da NAAC. Foi inédita também porque nenhuma empresa ligada aos Grandes Projetos na Amazônia Oriental recorreu ao método da Greve para resolver questões trabalhistas e salariais naquela década. O ineditismo dessa greve, a primeira e única, favorecida por condições objetivas da realidade brasileira, como inflação alta, um ascenso operário e popular nunca visto na história do país, merecia ser contado neste artigo.

Foi uma luta de classes no sentido mais estrito da palavra, conforme analisado por Marx e Engels (2024), onde de um lado estava a classe operária tradicional, vinda para a Amazônia no bojo dos mega-projetos de desenvolvimento da Amazônia para o capital, que utilizou os métodos de piquete, fechamento de vias, assembleias democráticas, e de outro a empresa testa de ferro dos capitalistas japoneses, a antiga CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), hoje apenas Vale, que recorreu às ameaças, à repressão policial e a propaganda para desmoralizar os operários.

A greve foi vitoriosa, conquistou o reajuste salarial reivindicado, mas foi a última manifestação radical dos operários e operárias da ALBRÁS, que a partir de então, sofreriam uma contraofensiva permanente da empresa para a implantação da reestruturação “produtiva” do capital, ou do sistema *just in time* inspirado no modelo toyotista japonês, que nada mais é do que a redução de direitos, demissões em massa e terceirização dos serviços da empresa.

Esse processo foi sendo introduzido, grande contradição, com o aval da mesma direção que esteve à frente da greve vitoriosa de agosto de 1990, que havia mudado sua orientação política radicalmente, a partir da mudança na própria direção da CUT e do PT, com a queda do “muro de Berlim” e da contraofensiva ideológica do capitalismo mundial sobre o movimento dos trabalhadores, de que o “socialismo morreu”.

Desde então, os trabalhadores da Albrás perderiam direitos atrás de direitos, como a quinta turma que havia sido uma conquista histórica, e permitia mais tempo livre para os trabalhadores. Para se ter uma ideia do aumento do grau de exploração do trabalho, consequência da reestruturação produtiva na fábrica da ALBRÁS e da privatização da CVRD em 1997 pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso do PSDB, o efetivo de trabalhadores da ALBRAS caiu drasticamente, passando de 2.472 em 1990 para 1.306 no ano 2000, uma redução de quase 50% no quadro de trabalhadores da Albras (Santiago, 2007, p.155)

Esta história precisava ser recontada para que os operários e operárias da Albrás e dos Grandes Projetos na Amazônia vislumbrem melhores dias para o futuro do trabalho na Amazônia Oriental. Para que, olhando para o exemplo dos operários e operárias de 1990, cheguem à conclusão de que com a luta pode-se conquistar dias melhores para todos e todas, principalmente nestes tempos em que a emergência climática está na ordem do dia, e a própria classe trabalhadora precisa se adaptar a esses novos tempos, reivindicando um processo de trabalho que não agrida o meio ambiente e as populações no entorno das fábricas e dos grandes projetos da Amazônia Oriental.

Que este trabalho sirva de alento para novas pesquisas sobre história do movimento operário na Amazônia Oriental a partir da instalação dos Grandes Projetos na região, e que novos trabalhos venham suprir as lacunas deixadas por nós e por outros estudiosos acerca desse movimento na Amazônia Oriental.

AGRADECIMENTOS

Odileno Rabelo Meirelles. Pela Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2007, em Belém do Pará.

Gilvandro Santa Brígida. Pela Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 12.01.07, em Vila dos Cabanos, Barcarena-PA.

Sullivan Santa Brígida. Pela Entrevista concedida ao autor deste trabalho no início de janeiro de 2007, na Sede da Federação Norte dos Metalúrgicos, em Belém do Pará.

Rubens Moraes dos Santos, Ex-operador, ex-gerente de produção. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 19.01.07, em Vila dos Cabanos.

Edil Pinheiro da Silva. Pela Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 18.01.07, em Vila dos Cabanos. Barcarena-PA.

REFERÊNCIAS

ACORDO encerra greve dos metalúrgicos da Albras. **O Liberal**, quinta-feira, 30 de agosto de 1990; Economia, pág. 24.

ACORDO impede greve dos metalúrgicos na Albrás. **O Liberal**, Belém/PA, sábado, 9 de junho de 1990, Cidades.

ADAM, Gérard. **Histoire de Greves**. Bordas, Paris, 1981 (Collection Voir l'Histoire).

ALBRÁS e metalúrgicos não chegam a acordo. **O Liberal**, Belém/PA, 5 de junho de 1990, Cidades.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. 2ª ed. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. Ver. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ARCARY, Valério. **As Esquinas Perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.

BIF Nº 211, de 08/03/89, quarta-feira.

BIF Nº 286, de 04/09/90.

BOITO JÚNIOR, Armando. **A Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. SP: Xamã, 1999.

Boletim Interno de Fábrica (BIF) Nº 271, de 16/05/90; pág. 01. “Guilherme Gazolla, novo presidente da ALBRAS”.

CASTRO, Edna Ramos de, GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalhadores da Albras e sua Organização Política. **Novos Cadernos do NAEA**, v.7, n.7, pp. 123-154, junho 2004.

CUT. **Estatuto**. São Paulo, agosto de 1999.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B.A. Schumann. Edição Revista. São Paulo: Boitempo, 2010 (Mundo do Trabalho: Coleção Marx-Engels)

FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE**. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa, BRITTO, Rosyan Caldas, CASTRO, Edna (Orgs). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1996; 2v.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

GREVE na Albrás. **A Província do Pará**. Belém, sexta-feira, 24 de agosto de 1990; 1º caderno, Primeira Coluna, pág. 3.

GREVE na construção civil paralisa obras em Barcarena. **O Liberal**, Belém/PA, 17 de maio de 1990, Cidades.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015 (Oficinas de história; v. 2).

IANNI, Octavio. **O ABC da Classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017 (Arsenal Lênin)

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1, Volume 1. Tradução de Reginaldo Santana, 41ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução Rubens Enderle. (2ª ed.), Boitempo, 2017.

MEIRELLES, Odileno Rabelo. **Odileno Meirelles (Entrevista fevereiro de 2007)**. Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2007, em Belém do Pará.

METALÚRGICOS e Albrás tentam obter acordo. **O Liberal**, Belém/PA, 23 de maio de 1990.

METALÚRGICOS em greve não fecham acordo com a Albrás. **O Liberal**, sábado, 25 de agosto de 1990, pág. 24, Economia.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MUSTO, Marcello (Org.). **O Essencial de Marx e Engels. Escritos Econômicos**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e combinado da Sociedade**, 1988.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de, NORONHA, Eduardo Garuti (Orgs.). **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais), depoimento de lideranças**. São Paulo: Cortez, 2015 (Coleção por que cruzamos os braços; v.1

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da Pesquisa Científica** [recurso eletrônico]. 1ª edição. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

PIQUETE na greve da Albras gera tumulto. **O Liberal**, terça-feira, 28 de agosto de 1990; Economia.

RIAZANOV, David. **Marx-Engels: e a história do Movimento Operário**. São Paulo: Global, 1984 (Coleção Luta de Classes).

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil – 1945-1990**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANTA BRÍGIDA, Gilvandro. Vice-Presidente do Sindicato dos Químicos de Barcarena. Trabalhou na ALBRAS de 1990-95; desde 1995 na ALUNORTE. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 12.01.07, em Vila dos Cabanos.

SANTA BRÍGIDA, Sullivan. Diretor de Formação Política e Social do SIMETAL. Trabalha na ALBRAS desde 1984; antes trabalhou na MRN (1982-83), Mineração Taboca (1983-84); licenciado para o Sindicato desde 1991. Entrevista concedida ao autor deste trabalho no início de janeiro de 2007, na Sede da Federação Norte dos Metalúrgicos, filiada a Força Sindical, Belém.

SANTIAGO, João Carlos da Silva. **Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte – 1990 a 2005.** João Carlos da Silva Santiago; Orientadora Eleanor Gomes da Silva Palhano: PPGCS/CFCH/UFPA, Belém/PA, março de 2007.

SANTOS, Rubens Moraes dos. Ex-operador, ex-gerente de produção. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 19.01.07, em Vila dos Cabanos.

SILVA, Edil Pinheiro da. Diretor Cultural do Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena. Trabalha na ALBRAS desde janeiro de 1990. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 18.01.07, em Vila dos Cabanos.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa.** 1ª ed. São Paulo: Sandermann, 2007.